

SismMando

Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM - 2015/2017

www.sismmar.com.br

Governo lança ataque contra o povo em todas as frentes

Reunindo em torno de si forte apoio do Congresso Nacional, do Judiciário e da mídia, o governo usurpador de Michel Temer avança no ataque contra todos os trabalhadores. Pretende desmontar os direitos de quem trabalha na iniciativa pública e no setor privado.

A sanha golpista intenciona desmontar os preceitos conquistados na Constituição de 1988. Os principais deles são considerar a saúde e a educação direitos do povo e dever do Estado.

O objetivo é desmontar o Estado brasileiro e colocar o país em posição subserviente aos interesses das grandes corporações internacionais.

Nesta edição especial, mostramos que o ataque vem em diversas frentes.

Confira as medidas:

- O Projeto de Lei 257 já foi aprovado na Câmara e tramita no Senado.
- A PEC 241 congela todo o investimento público brasileiro por 20 anos e promete colocar o país num estado de barbárie.
- A Reforma Trabalhista desarma o trabalhador para aumentar a exploração do patrão.
- A Reforma da Previdência tenta impedir trabalhadores de se aposentar.
- Reforma do Ensino Médio enfraquece a educação pública.
- Projeto de Lei 4567 inicia a entrega do Pré-Sal às multinacionais do petróleo.
- Por fim, sob o pretexto da "escola sem partido", a Lei da Mordalha tenta coibir o debate e o pensamento crítico no ambiente escolar.

Todas estas medidas tem como pano de fundo a dívida pública, que é alimentada pelos juros altos e assegura grandes rendimentos aos banqueiros, sugando os trabalhadores.

Nossa resposta será na luta

VAMOS CONSTRUIR A



Trabalhadores de diversas categorias no país inteiro já perceberam a urgência de uma grande mobilização nacional. Somente a GREVE GERAL vai conseguir deter o retrocesso e o ataque às conquistas e direitos da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Na assembleia de 1º de setembro, o magistério de Araucária decidiu se incorporar às lutas nacionais. Agora, o sindicato lança esta edição especial do jornal Sismmando para dar base aos debates nas escolas sobre as medidas que estão sendo impostas.

Pais, mães e responsáveis por estudantes devem ser incorporados à mobilização porque também serão atingidos pelo desmonte da Previdência, a supressão de direitos trabalhistas, pelo sucateamento do serviço público e pela entrega do pré-sal aos interesses multinacionais.

Vamos construir nossa unidade de ação! Só a luta muda a vida!

São o presente e o futuro das nossas famílias que estão em jogo!

Agora é hora de resistir, organizar e mobilizar nossas escolas e a comunidade no bairro.

Em 22 de setembro, trabalhadores de diversas categorias paralisaram as atividades. Foi para esquentar a luta. Novas mobilizações serão convocadas. Participe!

Se forem aprovadas as medidas pretendidas pelo governo golpista, não haverá mais carreira, os salários ficarão archoados, a aposentadoria será mais difícil, as condições de trabalho vão se deteriorar. Haverá desemprego, fome e miséria: barbárie!

A hora de resistir é agora! Venha para a luta, construir a GREVE GERAL!

PEC 241

Proposta congela setor público por 20 anos

Governo Temer pode jogar país na depressão sob argumento de controlar a dívida pública

A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241 foi enviada em junho ao Congresso, com o objetivo de congelar os gastos públicos por 20 anos, tendo como referência 2016. Durante duas décadas o investimento público seria apenas corrigido pela inflação.

A proposta é uma aberração que se tenta colocar na constituição. Ela significa que até 2036 a saúde, a educação, salário mínimo, segurança, a capacidade do país se defender e a infraestrutura ficariam do tamanho que são agora.

Ficarão inviabilizadas as metas do Plano Nacional da Educação.

Imagine o Brasil daqui a 20 anos sem os investimentos necessários. Serão mais doentes para os mesmos hospitais, mais idosos para a mesma previdência, mais estudantes para as mesmas escolas e universidades, mais carros para as mesmas ruas, mais pessoas para as mesmas favelas, mais dejetos para o mesmo sistema de esgoto e de tratamento de água, mais caminhões para as mesmas estradas, mais caos urbano para mesma segurança pública, mais conflitos para a mesma justiça.

A PEC 241 representa a destruição do Estado nacional. O corte nos investimentos leva à queda de cresci-

mento, que reduz a arrecadação e gera estagnação e recessão. Depressão.

A PEC 241 tornará qualquer governo inviável. Para mudá-la, só alterando a constituição, com dois terços do parlamento.

Para pagar a dívida

A PEC congela apenas o gasto primário, que são as despesas de manutenção e os investimentos do Estado. Ela deixa de fora os gastos com os juros dos títulos da dívida. O objetivo é

manter as taxas de juros mais altas do mundo por 20 anos sob o argumento de não tornar a dívida impagável. Volta a ciranda financeira dos anos 1990.

A dívida brasileira já esteve em situação pior e foi contornada com crescimento. Em 2002, a dívida líquida era de 60,38% do PIB e entrou em queda contínua até 2014, com 33,1%. Depois voltou a crescer para 36% do PIB. A dívida bruta caiu de 76%, em 2002, para 57,2%, em 2014, e voltou a subir, com

a crise, para 66,6% do PIB.

O cálculo da dívida líquida desconta as reservas financeiras e créditos que o país tem. A dívida bruta considerava tudo.

Conter a dívida certamente não seria possível com a PEC 241. A arrecadação de impostos tende a não crescer, as condições para fazer a rolagem tendem a cair e os juros tendem a aumentar para atrair capital especulativo. A dívida vira uma bola de neve.

PL 257

Pressão dos servidores mudou texto aprovado

A Câmara dos Deputados aprovou em agosto o Projeto de Lei 257, que propõe o alongamento das dívidas de estados, do Distrito Federal e capitais com a União por 20 anos. A matéria agora vai ao Senado.

Devido à pressão de servidores de todo o país que se mobilizaram e foram a Brasília, várias restrições fiscais aos estados que constavam da primeira versão do texto foram retiradas. A maior parte delas é relacionada ao controle de gastos com pessoal e a medidas de contenção nas leis orça-

mentárias.

O governo precisou retirar do texto a exigência de os estados congelarem por dois anos as remunerações dos servidores. Permanece, entretanto, a limitação do crescimento anual das despesas à variação do IPCA do ano anterior. Este limite dificulta a concessão de reajustes para os servidores, devido ao aumento de outras despesas acima da inflação.

Outras restrições que constavam no texto original e foram retiradas do projeto incluíam a elevação das alíquo-

tas de contribuição previdenciária dos servidores, contingenciamento para alcance de metas de superávit primário e redução de despesas com comissionados.

Contudo, estas restrições continuam por meio da PEC 241 e da Reforma da Previdência.

Embora o PL não trate de municípios como Araucária, a lógica de permitir o congelamento de salários e da carreira fortalece o ataque contra os servidores ocorrido durante a gestão que termina.

PL 4567

Projeto entrega Pré-Sal às multinacionais

Aprovado em julho em comissão Especial, segue na Câmara dos Deputados o PL 4567/16, que tira da Petrobrás a exclusividade na operação do Pré-Sal. O projeto acaba com a participação mínima de 30% na exploração dessas reservas. Apenas deputados do PSOL e do PT votaram contra.

O projeto tramita em regime de urgência e já foi aprovado no Senado. Seu autor é o senador José Serra (PSDB-SP), que hoje é ministro de Relações Exteriores e um dos articuladores do golpe.

O site wikileaks divulgou documentos de 2009 da diplomacia dos EUA. Eles revelaram que Serra havia prometido mudar a Lei do Pré-Sal, para atender aos interesses da mul-

tinacional Chevron, caso fosse eleito presidente. Ele concorreu em 2010 e perdeu. O primeiro projeto que fez ao ser eleito senador, em 2014, foi justamente este, que atende aos interesses internacionais contra os interesses do povo brasileiro.

O governo Temer já colocou o privatista Pedro Parente na direção da Petrobras para preparar o desmonte da empresa, que em 2014 tornou-se a maior produtora de petróleo no mundo, entre as empresas de capital aberto.

Derrotar o projeto de lei é fundamental para que o Plano Nacional de Educação seja realizado. Grande parte de suas metas precisam dos recursos de 75% dos royalties do petróleo e

50% do Fundo Social do Pré-Sal.

Além disso, a Petrobras movimenta a cadeia nacional do setor, com a construção de plataformas e navios petroleiros. O governo golpista já começou a contratar plataformas na China, gerando desemprego por aqui.

É também a única petrolífera no mundo que detém domínio tecnológico para operar o Pré-Sal com custos abaixo da média mundial. Menores custos significam mais recursos para a educação e a saúde.



AGENDA

OUTUBRO

- **Dia 6**
Conselho de Representantes, 8h30 e 13h30, no Sismmar
- **Dia 9**
Ato conta a reforma do Ensino Médio
- **Dia 13**
Coletivo de Aposentadas/os, 13h30, no Sismmar
- **Dia 15**
Dia do/a Professor/a
- **Dias 20 e 21**
Fórum Em defesa da Escola Pública
- **Dia 27**
Congresso do FPMA
13h30, na Câmara Municipal
- **Dia 28**
Dia da/o Funcionária/o Pública/o

NOVEMBRO

- **Dia 8**
Conselho de Representantes, 8h30 e 13h30, no Sismmar



Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM - 2015-2017

Av. Beira Rio, 31, Bairro Iguazu, Araucária, PR. CEP 80701-090
Fone/fax (41) 3642-1280. Celular (41) 8753-5167. Email sismmar@gmail.com

Diretoras com liberação sindical - **Coordenadora Geral:** Eloísa Helena Grilo; **Coord de Finanças:** Simeri Ribas Calisto; **Coord de Comunicação:** Giovana Piletti. **Redação, edição e editoração** - Luiz Herrmann (DRT-2331). Gráfica Mansão. 1500 exemplares.

Previdência

A farsa do déficit previdenciário

Superávit da Seguridade Social é utilizado para pagar juros da dívida pública

A professora e pesquisadora Denise Gentil (UFRJ) tem denunciado por onde passa a gigantesca farsa contábil que transforma em déficit o superávit do sistema previdenciário. Ela estudou a questão e expôs na sua tese de doutorado "A falsa crise da Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 - 2005".

Em entrevista concedida a Coryntho Baldez para o Jornal da UFRJ, que publicamos no site do Sismmar, Denise explica que a Previdência integra o sistema mais amplo de Seguridade Social. É parte fundamental do sistema de proteção social erigido pela Constituição de 1988. Este conjunto de políticas sociais se transformou num importante esforço de construção de uma sociedade menos desigual.

Ao repórter, a pesquisadora afirma que a visão dominante do debate dos dias de hoje tem isolado a Previdência do conjunto das políticas sociais, reduzindo-a a um problema fiscal, cujo suposto déficit desestabilizaria o orçamento. Ainda que o déficit

existisse, a sociedade decidiu amparar as pessoas na velhice, no desemprego, na doença, na invalidez por acidente de trabalho, na maternidade. Portanto, cabe ao Estado proteger aqueles que estão inviabilizados, definitiva ou temporariamente, para o trabalho e que perdem a possibilidade de obter renda.

Para cumprir esta função, a seguridade é financiada por contribuições ao INSS de trabalhadores empregados, autônomos e dos empregadores; mas também por alíquotas do Cofins (Contribuição para o Financiamento

da Seguridade Social), da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e pela receita de loterias.

Por possuir uma diversificada fonte de financiamento, o sistema de seguridade se tornou financeiramente sustentável, inclusive nos momentos de baixo crescimento. Além da massa salarial, o lucro e o faturamento são também fontes de arrecadação de receitas. Com isto, o sistema se tornou menos vulnerável ao ciclo econômico. A diversificação de receitas, com a inclusão da taxa do lucro e do faturamento, per-

mitiu maior progressividade na tributação, transferindo renda de pessoas com mais alto poder aquisitivo para as de menor.

O mecanismo do déficit

O orçamento da Seguridade é que tem custeado o orçamento fiscal. A Constituição determina a elaboração de três orçamentos: o orçamento fiscal, o orçamento da Seguridade Social e o orçamento de investimentos das estatais. Ocorre que, na prática da execução orçamentária, o governo apresenta um único, chamado "Orçamento Fiscal e da Seguridade Social", no qual consolida todas as receitas e despesas, unificando o resultado.

Juntando os orçamentos, fica difícil perceber a transferência de receitas da Seguridade Social para financiar gastos do orçamento fiscal. Este é o mecanismo de geração de superávit primário no orçamento geral da União.

Para tornar o quadro ainda mais confuso, isola-se o resultado previdenciário do resto do orçamento geral para, com esse artifício contábil, mostrar que é necessário transferir cada vez mais recursos para cobrir o "rombo" da Previdência.

O resultado previdenciário considera apenas a receita de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) que incide sobre a folha de pagamento, diminuindo dessa receita o valor dos be-

nefícios pagos aos trabalhadores. Dá em déficit.

Esta equação é simplificada. As outras fontes de receita (Cofins, CSLL, etc.), garantidas no artigo 195 da Constituição, acintosamente, não são levadas em consideração. Neste cálculo não aparecem os cerca de R\$ 38 bilhões que, em 2006, foram desviados da Seguridade Social para outros setores por meio da DRU (Desvinculação das Receitas da União).

A vertente de interpretação do debate sobre Previdência mais veiculada na mídia ignora a existência de um orçamento da Seguridade Social. Trata o orçamento público como uma equação que envolve apenas receita, despesa e superávit primário. Não haveria, assim, a menor diferença se os recursos do superávit vêm do orçamento da Seguridade Social ou de outra fonte qualquer do orçamento. Interessa apenas o resultado fiscal, isto é, o quanto foi economizado para pagar despesas com juros e amortização da dívida pública.

Para que não haja risco do sistema previdenciário ter um colapso de financiamento, é preciso que o país cresça, aumente o nível de ocupação formal e eleve a renda média no mercado de trabalho para que haja mobilidade social. Portanto, a política econômica é o principal elemento que tem que entrar no debate sobre "crise" da Previdência.



Segundo pesquisadora, é função da Previdência redistribuir renda

O objetivo é piorar as regras para trabalhadores

O governo federal vem anunciando uma reforma ampla a Previdência. Ainda não há uma proposta oficial, mas várias mudanças vêm sendo especuladas pela mídia.

Estas são algumas delas:

- Aumento da idade mínima de aposentadoria para 65 anos ou ainda mais.
- Igualdade de idade e tempo de contribuição entre mulheres e homens.
- Fim da aposentadoria especial para trabalhadores da educação e da saúde.
- Possibilitar que se ganhe benefício inferior ao salário mínimo.
- Regras de transição para quem está na iminência de se aposentar, ampliando o tempo de trabalho.

Medidas estão sendo adotadas

Algumas medidas já estão sendo tomadas para cortar despesas da Previdência. O objetivo é ampliar as opções a quem tem altos salários e retirar benefícios que estão sendo concedidos, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Ampliar a Previdência complementar

Estados e Municípios podem ter sua própria previdência complementar e podem aderir ao Funpresp (fundo opcional dos servidores públicos da União, entidade fechada). Assim, é possível rebaixar o teto do Regime Geral da Previdência, sem prejudicar as aposentadorias acima do teto.

Revisar benefícios

Fazer a revisão médica de quem recebe aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. Médicos peritos receberão um bônus por desempenho em suas atividades. Precisa desenhá-los?

Transformar auxílios-doença em aposentadoria por invalidez, sempre que possível.

Em favor da Previdência

- Identificar as fraudes, sonegações e dívidas, seus autores, e cobrar os débitos.
- Acabar com as desonerações que retiram recursos da Seguridade Social.
- Garantir que o orçamento da seguridade social seja usado apenas para financiar o sistema.
- Participação dos trabalhadores, com poder decisório, na gestão da Previdência.
- Transparência das contas para a população.
- O Tesouro financiar a Lei Orgânica de Assistência Social, como previsto na Constituição, e a Previdência Rural.
- Manter o vínculo entre o salário mínimo e o piso previdenciário.
- Fim do fator previdenciário.
- Calcular a contribuição das empresas também sobre o faturamento, e não apenas sobre a folha de salários, ampliando a arrecadação junto a setores que ganham muito e empregam pouco.

Ensino Médio

Reforma rebaixa qualidade da escola pública

MP enfraquece educação para trabalhadores e reserva ensino completo na escola privada, para elite

Por meio da Medida Provisória 746, o governo Temer tenta impor uma reforma para o Ensino Médio. A MP estabelece mudanças drásticas na oferta da modalidade.

Além de ferir o princípio constitucional da gestão democrática, a medida parte de um diagnóstico limitado e desconhece o importante acúmulo existente no campo da educação. Não se pode ignorar o movimento que atuou para aprovar o capítulo de educação na Constituição, a LDB, o Fundeb, a Lei do Piso e muito mais.

A MP modifica a LDB e a normatização do Fundeb, resultados de construções mais profundas. Portanto, não é o instrumento adequado para realizar mudanças estruturais em políticas públicas.

De um lado, traz grande insegurança e instabilidade jurídica. De outro, impõe resposta apressada, sem a devida avaliação dos impactos no sistema. Pode provocar uma desorganização profunda na oferta do ensino médio, prejudicando milhares de estudantes, suas famílias e profissionais que trabalham nas escolas.

Para melhorar os indica-

dores educacionais, deve-se debater parâmetros de qualidade atrelados a novos mecanismos e a fontes de financiamento da educação. Temos construídos os conceitos de Custo Aluno-Qualidade inicial e de Custo Aluno-Qualidade, que precisam ser considerados. É preciso também ter estratégias claras, transparentes e permanentes de gestão democrática para se avançar na qualidade.

A Medida Provisória

A proposta da MP é ampliar a jornada escolar de 800 para 1.400 horas por ano, com adoção do turno integral, a partir de 2018.

Das 1400 horas anuais, até 1200 seriam de conteúdo da base curricular.

São propostos cinco diferentes “itinerários formativos”, que em tese possibilitariam aos jovens eleger campos de interesse. Porém, os sistemas de ensino não precisam ofertar os cinco itinerários, de modo que o estudante poderá se ver obrigado a seguir um caminho pela ausência das demais.

Desta forma, a reforma aponta para a separação nas trajetórias educacionais, sendo uma direcionada à educação superior, basicamente pela via da escola privada.

A outra trajetória seria pela escola pública, com formação técnica e profissional, focada em uma escolaridade abreviada e precária, com vistas ao ingresso no mundo do

trabalho.

“É uma reforma que legaliza a existência de uma escola diferente para cada classe social. Justo estes que negam a existência das classes sociais”, provoca o professor Gaudêncio Frigotto.

Base Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) precisa ser reorganizada. Pela MP, será definida com as secretarias de educação estaduais. Em 2017 o texto deve ser enviado ao Conselho Nacional de Educação e homologado.

Diversas disciplinas têm sua carga horária reduzida, sem estar claro como se fará a reorganização dos conteúdos, nem se isso é realmente benéfico.

Outras disciplinas deixam de ter obrigatoriedade (artes, educação física, sociologia e filosofia) dando à escola um viés tecnicista. Isto não atende ao princípio da formação integral, com base no pleno desenvolvimento humano, como afirma a Constituição.

A língua inglesa passa a ser obrigatória. Hoje há a opção do espanhol.

Ensino Integral

A progressiva ampliação do ensino integral se ajusta às metas do Plano Nacional de Educação. Porém, não avança nos principais desafios dessa agenda. Não atende às necessidades formativas de jovens que trabalham. Também pode não conseguir escapar de ser uma simples ampliação esvaziada de sentido da rotina de sala de aula, já bastante exaustiva para muitos estudantes.

Professores

A MP permite a contratação de profissionais com notório saber para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação.

Amplia a possibilidade de contratação e diminui a exigência de conhecimentos específicos na formação.

Baseado em análise da Ação Educativa



Estudantes ocuparam o Colégio Estadual Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, contra a reforma do ensino médio



fotos: Peranforal

Reforma Trabalhista

Lançado o ataque contra os direitos dos trabalhadores

O governo Temer anunciou em setembro a intenção de ampliar a jornada de trabalho para até 12 horas diárias. Esta é apenas uma das ameaças à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que vêm no bojo da desconstrução dos direitos dos trabalhadores dos setores público e privado.

Junto aos planos do Executivo somam-se propostas em andamento no Congresso Nacional. Conheça:

Flexibilização da jornada

O governo aventou a intenção de ampliar a jornada de trabalho a 48 horas semanais, com teto de 12 horas diárias. A lei padrão pode continuar prevendo 8 horas diárias e 44 horas semanais.

Porém, a reforma permitirá que convenções coletivas flexibilizem a jornada. Empresários podem fugir do pagamento de horas extras.

O governo estuda também criar dois novos contratos de trabalho: por horas trabalhadas ou por produtividade, com jornadas inferiores a 44 horas semanais e salários proporcionais.

Terceirização

Aprovado na Câmara, já foi pro Senado o projeto de lei que autoriza a terceirização das atividades-fim. Hoje, a terceirização só é possível para atividades meio, que não tenham relação com o produto ou serviço oferecido pela empresa. Um banco não

pode terceirizar a contratação de bancários para fugir do acordo coletivo com o sindicato, por exemplo. O projeto permite.

Além disso, a empresa que contrata a prestadora de serviço pode não precisar responder à Justiça, desde que requeira comprovantes mensais. Empresas locadoras de mão-de-obra vão surgir e desaparecer como truques de mágica, para reaparecer com nova razão social, trapaceando trabalhadores.

Negociado sobre o legislado

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4193, que permite aos empresários descumprir as leis trabalhistas. Acordo negocia-

do entre empresários e trabalhadores pode reduzir direitos abaixo do estipulado em lei.

A proposta enfraquece os trabalhadores, principalmente devido ao modelo sindical brasileiro. Com a unicidade, um só sindicato representa toda a categoria, independente se 1% são filiados ou 100%. Muitas categorias fracas não participam do sindicato. Se não tem compromisso com os trabalhadores, a direção sindical pode ser facilmente corrompida.

Um modelo alternativo à unicidade é a pluralidade sindical. Neste, pode haver mais sindicatos por categoria e cada um representa apenas seus filiados, não a categoria.

Sem discutir o modelo sindical, não se pode pensar em reforma trabalhista. Também seria necessário respeitar o amplo direito de greve dos trabalhadores. A lei não pode amarrar os trabalhadores e permitir que os patrões golpeiem.

Outro projeto de lei em discussão é o PL 427, que institui a negociação individual entre empregado e empregador. Neste caso, o contratante faz as regras. Não há negociação.

Na prática, a iniciativa não revoga a CLT, mas a enfraquece a tal ponto que benefícios como o 13º salário, férias, adicionais, licenças, etc podem ser relativizados e, até, suprimidos.